



## ELEIÇÕES MUNICIPAIS

# Doze estados pedem reforço na segurança

TSE autoriza envio de forças federais para garantir normalidade da votação. Corte manifesta preocupação com escalada da violência

» LUANA PATRIOLINO  
» FABIO GRECCHI

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou o uso das forças federais para garantir a segurança do pleito de 6 de outubro em 12 dos 26 estados. A decisão foi unânime em sessão administrativa da Corte de terça-feira, quando a presidente, ministra Cármen Lúcia, manifestou preocupação sobre os episódios de violência registrados nas campanhas municipais.

Os estados com municípios nos quais haverá reforço na segurança são Acre, Amazonas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Maranhão e Tocantins. Esse número, porém, pode aumentar até a data do pleito.

“O objetivo desse auxílio é garantir que o processo eleitoral transcorra de forma ordeira e tranquila, além de assegurar o cumprimento de determinações legais do pleito eleitoral”, disse a ministra.

Os ministros aprovaram um pacote de 53 processos para garantir o envio das tropas aos municípios. Tratou-se de deferimentos dos requerimentos aprovados

pelos respectivos tribunais regionais eleitorais (TREs) para os quais as cidades realizaram os pedidos.

Entre as cidades que fizeram o pedido de auxílio na segurança, estão capitais como Rio de Janeiro, Teresina, Campo Grande, Fortaleza, Rio Branco, Cuiabá e Belém. Em João Pessoa, três candidatos da oposição que foram ameaçados pelo crime organizado protocolaram juntos, em 11 de setembro, um pedido para que as tropas da Força Nacional de Segurança auxiliassem nas eleições na capital paraibana. O pedido, porém, não foi aprovado.

### Sem garantia

O envio de integrantes das forças federais ocorre quando um município informa à Justiça Eleitoral que não tem capacidade de garantir a normalidade do pleito com o efetivo policial local. O envio das forças de segurança está garantido pelo Código Eleitoral: “Requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos tribunais regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração”.

O governador deve ser consultado e, se confirmar a

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Cármen frisou que as corporações federais assegurarão a livre escolha do eleitor em 6 de outubro

necessidade, o pedido é aprovado. A partir disso, os requerimentos são levados ao Ministério da Defesa, que libera o uso das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança Pública.

A decisão foi tomada na mesma

sessão em que Cármen Lúcia manifestou preocupação com a escalada de violência na campanha, quando oficiou a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (PMF) e os presidentes dos TREs para priorizarem

investigações dos casos nas eleições. Foi, também, no dia seguinte ao soco que Nahuel Medina, sócio e cinegrafista de Pablo Marçal — candidato do PRTB —, deu em Duda Lima, marqueteiro de Ricardo Nunes (MDB), ao

final do debate do Grupo Flow entre os postulantes à Prefeitura de São Paulo. O episódio chamou a atenção para o crescente nível de agressividade da corrida eleitoral no município. (Com Agência Estado)

## Candidato é encontrado morto; outro, assassinado

As mortes de dois candidatos a vereador confirmam a violência da atual campanha eleitoral municipal. Luís Antonio de Jesus Barbosa, de 57 anos, que concorria em Santo André (SP), foi encontrado morto, em Diadema, na Região Metropolitana paulistana. Em Nova Iguaçu (RJ), João Fernandes Teixeira Filho, de 48, foi assassinado a tiros. Os episódios ocorreram na terça-feira.

Conhecido como Luís Lampião, o candidato teve o desaparecimento registrado no domingo. Seu corpo foi encontrado enrolado em um cobertor, com as mãos e o pescoço ligados por uma corda e sinais de estrangulamento, no interior de um veículo.

Filiado ao União Brasil, esta era a segunda vez que Luís Lampião tentava uma cadeira na Câmara de Santo André. Em 2020, disputou

pelo PDT, mas obteve apenas a suplência. Segundo a polícia, não foram encontradas lesões externas que indicassem o uso de arma de fogo ou faca. A equipe do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais (Afis) também foi acionada para auxiliar nas investigações. Por meio de nota, o presidente do União Brasil em São Paulo, o vereador paulistano Milton Leite, disse que “exige urgência nas investigações”.

Em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o candidato conhecido como Joãozinho Fernandes (Avante) e duas mulheres que faziam parte da campanha dele foram assassinados dentro de um carro. Célia Regina da Silva Faria, de 64, sofreu ferimentos no ombro esquerdo, enquanto Joilma Melo de Oliveira, de 52, foi atingida na

Reproduções/Redes sociais



Corpo de Luís Lampião foi encontrado com sinais de estrangulamento

região dorsal. Era a primeira tentativa de Joãozinho em chegar à Câmara Municipal.

Apesar de terem sido socorridos e encaminhados ao Hospital Geral de Nova Iguaçu, não

resistiram à gravidade dos ferimentos. A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense investiga o caso. Aproximadamente uma hora antes de ser morto, Joãozinho publicou imagens



Joãozinho Fernandes foi morto com duas mulheres após campanha

caminhando pela cidade para promover a candidatura.

Esse não é o primeiro homicídio recente na Baixada Fluminense ligado à disputa eleitoral. Em 13 de setembro, Jean Paulo Figueiredo de

Araújo, 30 anos, assessor do vereador Rogério Gomes Castro (PSD), foi morto a tiros no carro em que estava com a mulher e o filho de dois anos, em Japeri. Ele coordenava a reeleição do parlamentar. (LP)

## Pesquisador adverte: brutalidade marca pleito deste ano

» JULIA PORTELA

A violência tornou-se a marca da eleição municipal deste ano. Prova disso é que um estudo do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE) levantou que 128 casos de agressão relacionados à política foram identificados no último trimestre de 2024. O número representa um aumento de mais de 100% em relação ao trimestre anterior.

Miguel Carnevale, pesquisador do Observatório da Violência Política e Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), aponta que esse tipo de violência traz danos diretos às eleições e à democracia como um todo. “Trata-se de um fenômeno que tende a florescer em contextos de inapetência ou omissão institucional no combate e

na prevenção da radicalização de disputas políticas”, adverte.

Na terça-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou o envio de forças federais para reforçar a segurança de locais de votação no primeiro turno das eleições municipais. Segundo Carnevale, essa atitude atesta a gravidade do momento, mas, ao mesmo tempo, indica que as instituições estão atentas ao problema.

### Partidos

O estudo do Observatório traz, também, a informação de que PL, PSB e PP foram os partidos que mais tiveram políticos vítimas da violência. Carnevale explica que, apesar da diferença ideológica entre as legendas — apenas PL e PP pertencem ao

Reprodução/Arquivo pessoal



Carnevale: eleição municipal está na base da conexão político-eleitor

mesmo espectro de direita —, isso se mistura em coligações e alianças a nível local.

“A violência política em ano de eleições municipais traz desafios extras ao processo de monitoramento do fenômeno. A municipalidade brasileira é heterogênea, em especial no que tange à política. Com as eleições, é possível que tenhamos um padrão ideológico-partidário mais claro”, explica.

Segundo o estudo, os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador estão no centro da violência. A razão disso seria porque estão na base da estrutura política nacional — e fazem o contato direto com o eleitor, seja na eleição municipal, seja no pleito nacional.

“É raríssimo que lideranças estaduais ou federais sejam vítimas. Disputas político-econômicas e

a presença do crime organizado contribuem para essa maior vulnerabilidade das lideranças municipais”, observa.

O estudo também mostra que o percentual de mulheres vítimas da violência política aumentou 14 pontos percentuais, em comparação com o trimestre anterior. “Elas enfrentam desafios diários não somente para alcançar os cargos, mas, principalmente, na manutenção e consolidação desses mesmos postos”, observa.

Sobre polarização, Carnevale destaca que continua sendo um traço da política brasileira. “Neste ano, é possível observar contornos polarizados nos episódios violentos. Isso tende a ocorrer, inclusive, fora da dinâmica esquerda x direita. O caso da cadeira de José Luís Datena no Pablo Marçal é um exemplo”, salienta.